



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**REGISTRO DE PARTIDO POLÍTICO Nº 0025929-56.2005.6.00.0000
REQUERENTE: REPUBLICANOS (REPUBLICANOS) – NACIONAL**

Em 15 de agosto de 2019, o Exmo. Senhor Ministro JORGE MUSSI, Relator do RPP nº 0025929-56.2005.6.00.0000, deferiu o pedido de tutela provisória de urgência a fim de assegurar o uso do nome **Republicanos**, pelo então Partido Republicano Brasileiro (PRB), nos termos da decisão abaixo transcrita:

**DECISÃO LIMINAR EM 15/08/2019 - REGISTRO DE PARTIDO
Nº 301 (25929-56.2005.6.00.0000)**

REQUERIMENTO. PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO (PRB). REGISTRO DE MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS. NOMENCLATURA. USO IMEDIATO. FUMUS BONI IURIS. PERICULUM IN MORA. REQUISITOS ATENDIDOS. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. DEFERIMENTO.

1. O Partido Republicano Brasileiro (PRB) requer que se conceda tutela de urgência visando utilizar, desde logo, a denominação REPUBLICANOS sem a necessidade de sigla para a nova nomenclatura, cuja mudança estatutária se aprovou em assembleia.
2. Em juízo perfunctório, verifica-se que a pretendida mudança observou o art. 7º, § 3º, da Lei 9.096/95, conforme também assentou a d. Procuradoria-Geral Eleitoral em seu parecer.
3. O periculum in mora reside na proximidade de sessão solene na Câmara dos Deputados em 22/8/2019, em que o partido objetiva utilizar sua nova denominação.
4. Tutela provisória de urgência deferida nos exatos termos em que requerida.

DECISÃO

O Partido Republicano Brasileiro (PRB) protocolou registro de mudanças promovidas em seu estatuto partidário, aprovadas em assembleia de sua Comissão Executiva Nacional em 26/7/2017,

com fundamento nos arts. 39 e 49 da Re.-TSE 23.465/2015 (fls. 413-416).

Em 8/8/2019, a legenda requereu a concessão de tutela provisória de urgência a fim de que possa, antes do julgamento das alterações estatutárias por esta Corte, utilizar desde logo as novas denominação e sigla "REPUBLICANOS" .

A título de *fumus boni iuris*, a agremiação sustenta que a mudança do nome atendeu a todos os requisitos legais, inclusive com parecer favorável da d. Procuradoria-Geral Eleitoral a esse respeito.

Quanto ao *periculum in mora*, aduz que, "no próximo dia 22 de agosto de 2019, está agendada uma sessão solene na Câmara dos Deputados, objetivando a comemoração dos 14 (quatorze) anos do Partido Republicanos" (fl. 592), ocasião em que pretende utilizar a nova nomenclatura.

Requer, ao fim, a concessão da medida, "dando eficácia à alteração estatutária pretendida, alterando a denominação do requerente para REPUBLICANOS, sem a necessidade de se apresentar denominação abreviada em forma de sigla" (fl. 592).

É o relatório. Decido.

A concessão de tutela provisória de urgência requer a presença conjugada da plausibilidade do direito invocado e do perigo da demora, elementos que considero presentes na espécie.

A legenda pretende, em síntese, usar desde logo a denominação REPUBLICANOS, sem a necessidade de sigla para a nova nomenclatura.

Em juízo *perfunctório*, verifica-se que esta Corte Superior vem assentando essa possibilidade em casos similares, como os do SOLIDARIEDADE e do AVANTE, haja vista inexistir prejuízo à identificação da grei.

No mais, a pretendida mudança observou os termos preconizados no art. 7º, § 3º, da Lei 9.096/95, porquanto a nova nomenclatura não induz a erro ou a confusão.

Nesse sentido, o parecer da d. Procuradoria-Geral Eleitoral ao consignar que "deve ser deferido o pedido de registro da nova denominação e sigla do partido [...] ante a impossibilidade de indução a erro ou confusão com o nome ou variação de outra agremiação" (fl. 580).

Por outro vértice, o periculum in mora reside na proximidade de sessão solene na Câmara dos Deputados em 22/8/2019, em que o partido objetiva utilizar sua nova denominação.

Ante o exposto, defiro a tutela provisória de urgência a fim de assegurar o uso do nome REPUBLICANOS pela legenda requerente, nos exatos termos requeridos.

Comunique-se, com urgência.

Após, voltem os autos conclusos para o julgamento das alterações estatutárias.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de agosto de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator